

O Papel da Comunicação no Exercício da Parentalidade: Desafios e especificidades

Alda Portugal¹ & Isabel Alberto²

O presente artigo tem como objectivo reflectir sobre o papel da comunicação no exercício da parentalidade, atendendo aos desafios, especificidades e transversalidades familiares. A literatura teórica destaca a efectividade desta relação, surgindo o Modelo da Pragmática da Comunicação Humana (Watzlawick, Beavin, & Jackson, 1967/1993) como importante suporte para a compreensão da interacção entre estes dois conceitos. Em termos empíricos, verifica-se a existência de diversos estudos sobre a relação da comunicação parento-filial com outras variáveis, nomeadamente, o sexo de progenitores e filhos, a etapa do ciclo vital da família e a tipologia/composição familiar. Desta forma, pretende-se aprofundar o conhecimento sobre uma dimensão da parentalidade tão influente, como é a comunicação, para o bem-estar relacional entre pais e filhos.

PALAVRAS-CHAVE: Parentalidade, Comunicação, Modelo da Pragmática da Comunicação Humana, Ciclo Vital da Família.

O exercício da parentalidade representa um modelo de funcionamento familiar caracterizado pela experiência emocional (Dix, 1991) e por funções executivas específicas (Alarcão, 2006). A comunicação torna-se, assim, um conceito essencial para a compreensão das dinâmicas relacionais que se processam ao nível do exercício da parentalidade (Alarcão, 2006; Relvas, 1996; Watzlawick, Beavin & Jackson, 1967/1993).

Com o objectivo de caracterizar a relação entre comunicação e parentalidade, será feita uma breve reflexão sobre as particularidades do conceito de *família* e do *sub-sistema parental* partindo, depois, para a análise da comunicação aten-

1 Doutoranda do Programa Inter-Universitário em Psicologia Clínica – Psicologia da Família e Intervenção Familiar, em regime de associação entre a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e a Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa. Bolseira de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH / BD / 63340 / 2009)

2 Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

dendo a duas etapas do ciclo vital. Por fim, abordar-se-á o papel da dimensão comunicacional em situações familiares consideradas de risco.

Sistema Familiar e Parentalidade(s)

A perspectiva sistémica conceptualiza a família como “um sistema, um todo, uma globalidade” (Relvas, 1996, p.12), dentro da qual se geram relações e emoções independentes de vínculos biológicos (Alarcão, 2006). O sistema familiar caracteriza-se por: a) estar em constante transformação, b) ser activo e auto-regulado, c) estar aberto à interacção com outros subsistemas e d) organizar-se numa hierarquia sistémica (Alarcão, 2006; Relvas, 1996).

A organização familiar define relações entre diferentes subsistemas, designadamente: o individual, o conjugal, o parental, o filial e o fraternal (Alarcão, 2006; Relvas, 1996). Estes subsistemas delinham papéis, estatutos e funções diferenciadas com o objectivo de responder às expectativas sociais e aos processos de desenvolvimento familiar (Relvas, 1996). É neste enquadramento que surge o exercício da parentalidade, caracterizado por ser um “modelo de funcionamento que pressupõe o desempenho das funções executivas, como protecção, educação, integração na cultura familiar (...). Resulta sempre da reelaboração dos modelos de parentalidade construídos na(s) família(s) de origem” (Alarcão, 2006, p.353). Desta forma, o exercício da parentalidade corresponde a três grandes funções legalmente reconhecidas (Taborda Simões, Martins, & Formosinho, 2006): a) o exercício da autoridade, b) a promoção da socialização e individualização, e c) a afectividade associada à prestação de cuidados e à qualidade da vinculação.

O exercício da autoridade diz respeito ao desempenho da função executiva, mediado pelos estilos e práticas parentais (Baumrind, 2005). Inerente a esta tarefa está a promoção da autonomia com vista a facilitar a emancipação da criança no contexto social (Relvas & Alarcão, 2002). Os cuidados afectivos correspondem a outra tarefa central do exercício da parentalidade, associados à vinculação e à afectividade positiva (Cummings & Cummings, 2002; Herbert, 2004).

A Comunicação no Sistema Familiar

Considerada uma “condição *sine qua non* da vida humana e da ordem social” (Watzlawick, Beavin, & Jackson, 1967/1993, p.13), a comunicação trata de um processo de transmissão de informação que integra diferentes contextos, realidades e sociedades/culturas (Barker, 1987; Fiske, 1993/2005; Watzlawick, Beavin, & Jackson, 1967/1993).

Este constructo multidimensional tem vindo a ser alvo de interesse crescente na comunidade científica, sobretudo desde a segunda metade do século XX (Fiske, 1993/2005). Registam-se os importantes contributos de um conjunto de investigadores do Instituto de Pesquisa Mental de Palo Alto: Paul Watzlawick, Janet Beavin e Don Jackson (1967/1993).

O trabalho desenvolvido por esta escola está na base de um dos modelos nucleares para a compreensão da comunicação familiar: o Modelo da Pragmática da Comunicação Humana (Watzlawick, Beavin, & Jackson, 1967/1993). Este modelo equaciona a comunicação como um processo circular no qual se transfere o foco do indivíduo “para as relações entre as partes de um sistema muito mais vasto” (Watzlawick, Beavin, & Jackson, 1967/1993, p.18), conferindo carácter dinâmico à família.

O Modelo da Pragmática da Comunicação Humana explica o processo comunicacional com base em cinco proposições relativas aos aspectos funcionais da comunicação (Watzlawick, Beavin, & Jackson, 1967/1993). De um modo geral, a identificação destas regras comunicacionais permite inferir sobre a qualidade relacional estabelecida entre pais e filhos no contexto familiar e social. A estes axiomas correspondem algumas possibilidades de fuga ao compromisso comunicacional que poderão estar na base de dilemas perturbadores da comunicação (Alarcão, 2006).

O primeiro axioma postula que é impossível não comunicar (Watzlawick, Beavin, & Jackson, 1967/1993) pois todo o comportamento é comunicação logo, não existe uma forma de não se comunicar. Tudo o que se diz, ou não se diz, tudo o que se faz, ou não se faz, tem intenção comunicacional. Os autores consideram que comunicar é um acto sem princípio nem fim devido ao carácter circular que assume (Watzlawick, Beavin, & Jackson, 1967/1993). O compromisso comunicacional pode ser evitado com recurso a diferentes estratégias: a) rejeição da comunicação (e.g. o pai não dá a atenção devida ao filho deixando-o falar sozinho), b) aceitação (e.g. alimentar uma conversa de forma monossilábica), c) formação do sintoma (Lewis, Rodnick & Goldstein, 1981; Stivers, 1988; Davalos, Chavez & Guardiola, 2005) e d) desqualificação da comunicação (pobreza de conteúdo e/ou forma que invalida a própria comunicação ou a do outro). Esta última distorção parece estar associada ao desenvolvimento de uma menor competência social em crianças com idade escolar (Wichstrom, Holte, Husby & Wynne, 1994).

O segundo axioma refere que “toda a comunicação tem dois níveis, conteúdo e relação, sendo que o segundo classifica o primeiro e é, por isso, uma metacomunicação” (Alarcão, 2006, p.70). As distorções correspondentes a esta proposição são: a) confusão entre conteúdo e relação (e.g. o adolescente e a mãe discutem sobre o horário de chegar a casa quando, na verdade, pretendem discutir o poder

que têm na relação), b) rejeição clara e constante do conteúdo e c) desconfirmação (é negada a existência do outro) (Alarcão, 2006). Eckstein (2004), ao estudar a agressividade filio-parental, demonstrou como este tipo de violência pode representar um exemplo de distorção deste axioma. Quando a comunicação se rigidifica, dando origem a distorções e mal-entendidos, a metacomunicação surge como estratégia central “determinando (e clarificando) como devem ser interpretados os comportamentos relacionais” (Alarcão, 2006, p.351).

O terceiro axioma refere que a pontuação da comunicação organiza os eventos comportamentais e, portanto, é vital para as interacções em curso (Watzlawick, Beavin, & Jackson, 1967/1993, p.51). A distorção pode surgir quando existe uma discrepância na pontuação entre o emissor e o receptor (Alarcão, 2006). Esta distorção pode ser verificada em alguns estudos sobre o exercício da co-parentalidade: ambos os progenitores parecem pontuar a parentalidade diferenciadamente, facto que se reflecte numa dimensão pragmática (Gordon & Feldman, 2008).

O quarto axioma destaca que a comunicação tem uma vertente digital e uma vertente analógica (Watzlawick, Beavin, & Jackson, 1967/1993). Uma vez que a comunicação digital é mais precisa e impermeável às emoções/sentimentos, tende-se a utilizá-la para comunicar informação/conteúdo. Por outro lado, a comunicação analógica permite-nos uma interpretação mais pessoal do conteúdo que é transmitido digitalmente, estando ao nível da simbolização (Alarcão, 2006; Watzlawick, Beavin, & Jackson, 1967/1993). A distorção comunicacional pode ocorrer através dos erros de tradução que resultam da combinação da interpretação pessoal com o conteúdo da mensagem que se comunica (Alarcão, 2006).

Finalmente, o último axioma realça que a comunicação tem dois tipos de interacção: simétrica ou complementar. Na interacção simétrica os elementos de uma comunicação colocam-se ao mesmo nível, reflectindo assim os comportamentos uns dos outros (Alarcão, 2006, p.76). A escalada simétrica é o resultado distorcido deste pressuposto, caracterizado pela rigidificação da postura, atitude e comunicação perante o outro (Eckstein, 2004). Na interacção complementar são promovidas e reforçadas as diferenças comunicacionais, no sentido em que um elemento complementa a comunicação do outro. O extremo desta dependência conduz a uma complementaridade rígida (Alarcão, 2006).

A Comunicação na Parentalidade: Etapas do ciclo vital

O ciclo vital da família representa a co-evolução dos membros que compõem um sistema familiar num contínuo caracterizado por várias mudanças, nomeadamente ao nível dos hábitos, das atitudes, dos comportamentos e dos rituais (Relvas, 1996).

Esta co-evolução constitui-se por exigências comunicacionais e funcionais inerentes ao exercício da parentalidade. Para uma melhor compreensão, analisam-se duas etapas do ciclo vital consideradas na classificação proposta por Relvas (1996): *Família com Filhos na Escola* e *Família com Filhos Adolescentes*. Em cada uma destas fases serão abordados os desafios específicos da parentalidade ao nível do exercício da autoridade (Alarcão 2006; Herbert, 2004; Relvas, 1996; Taborda Simões, Martins, & Formosinho, 2006), da promoção da socialização e individualização (Herbert, 2004; Relvas & Alarcão, 2002; Taborda Simões, Martins, & Formosinho, 2006), do cuidado afectivo (Cummings & Cummings, 2002; Herbert, 2004; Taborda Simões, Martins, & Formosinho, 2006) e, finalmente, da comunicação estabelecida (Alarcão, 2006; Relvas, 1996; Watzlawick, Beavin, & Jackson, 1967/1993), dimensão que assume um carácter transversal relativamente às anteriores tarefas.

Família com Filhos em Idade Escolar

A entrada dos filhos na escola assinala um ponto de viragem importante para a família nuclear de uma forma directa e para a família alargada e comunidade de forma indirecta (Relvas, 1996). De um momento para outro, o sistema familiar vê-se confrontado com uma nova realidade que precipita a autonomização dos filhos (Demick, 2002; Herbert, 2004; Relvas, 1996).

O exercício da autoridade passa a ser partilhado com o contexto escolar e a promoção da socialização acontece de forma quase acidental, já que se trata de um acontecimento inerente à entrada dos filhos na escola. Fora do contexto familiar, os pares influenciam e contribuem para a formação das crianças colocando à prova a imagem que a família promove ao exterior (Alarcão, 2006; Ladd & Pettit, 2002; Lima, 1999; Relvas, 1996). O contacto com novos amigos conduz a um progressivo afastamento físico facilitando um distanciamento emocional que promoverá o processo de autonomia (Relvas, 1996). O cuidado afectivo continua a ser essencialmente prestado no contexto familiar (Relvas, 1996), embora a triangulação com o sistema escolar seja inevitável (Alarcão, 2006).

A dimensão comunicacional está, nesta etapa, muito associada às discrepâncias entre o sistema escolar e familiar (Epstein & Sanders, 2002). É através da criança que as mensagens circulam entre os sistemas, marcando a entrada destas no mundo dos adultos (Herbert, 2004; Relvas, 1996). Vários estudos centram a sua análise na comunicação, ao nível da parentalidade, constatando-se que: por vezes, a comunicação parento-filial não é tão frequente quanto o desejável na percepção dos filhos (Cia, Pamplin & Del Prette, 2006); os pais parecem comunicar de forma mais aberta com as filhas do que com os filhos (McNaughton, 2000); a

comunicação suportada na desqualificação parece estar na base da dificuldade do desenvolvimento das competências sociais, em crianças em idade escolar (Wichstrom et al., 1994).

Família com Filhos Adolescentes

A descrição da adolescência tende a ser feita em termos exagerados, tanto pelas famílias, como pela sociedade ocidental em geral (Alarcão, 2006; Herbert, 2004; Relvas, 1996). No entanto, alguns autores referem que este período constitui “um campo psicológico privilegiado para o estudo da mudança” (Doron & Parot, 2001, p.32). Assim, as dinâmicas familiares são um dos alvos de mudança e transformação, processando-se de forma mais ou menos conflituosa (Relvas, 1996). Por este motivo, a flexibilidade tem um papel chave na superação dos desafios familiares (Preto, 1989/1995).

Centrado nas relações estabelecidas entre pais e adolescentes, encontram-se, com frequência, referências relativas à relação entre a comunicação e o exercício da autoridade (Alarcão, 2006; Carter & McGoldrick, 1989/1995; Relvas, 1996). Eckstein (2004) estudou a violência filio-parental, concluindo que os filhos tendem a perceber a postura comunicacional dos pais como sendo desafiante, precipitando uma interacção negativa. Este estudo, tal como outros (Otten, Harakeh, Vermulst, Van de Eijnden & Engels, 2007; Patock-Peckham & Morgan-Lopez, 2006, 2007), vem corroborar a necessidade de estabelecer limites e fronteiras claras entre os subsistemas filial e parental, especialmente em circunstâncias de conflito eminente (Relvas, 1996). Por outro lado, Ochoa, Lopez e Emler (2008) constataram que o auto-conceito familiar positivo depende do nível de abertura comunicacional entre o adolescente e as figuras parentais, à semelhança da conclusão retirada pelo estudo de Jackson, Bijstra, Oostra e Bosma (1998), indicando que quando a comunicação é aberta/livre de problemas os jovens experienciam sentimentos positivos e menor conflitualidade. Efectivamente, a comunicação parento-filial parece assumir um papel de grande relevância a longo prazo, enquadrando alguns comportamentos problemáticos (Relvas, 1996) e promovendo, por vezes, o desenvolvimento de psicopatologias (Watzlawick, Beavin, & Jackson, 1967/1993). A investigação longitudinal efectuada por Overbeek, Vermulst, Ha, Engels e Stattin (2007) reforça os efeitos negativos de uma comunicação de baixa qualidade, entre o adolescente e a figura parental, para o desenvolvimento sócio-emocional na idade adulta. Outros estudos (Barnes & Olson, 1985; Jackson et al., 1998; Lanz, lafrate, Rosnati & Scabini, 1999) demonstram ainda que a comunicação do adolescente é preferencialmente mantida com o progenitor do sexo feminino e, geralmente, as figuras parentais tendem a perceber uma boa comunicação com os filhos contrariamente ao que é percebido por estes (Heiman, Zinck & Heath, 2008).

A adolescência parece funcionar enquanto estágio pináculo da socialização e promoção da individualização. Os grupos de pares são fulcrais para a resolução desta tarefa pois favorecem a descentralização emocional/relacional do adolescente com o sistema familiar (Wills, Murry, Brody, Gibbons & Gerrard, 2003). Além disto, assumem, também, o papel de cuidadores afectivos, sobretudo pelo facto de gerirem as tensões emocionais que surgem no contexto familiar (Alarcão, 2006).

Desafios Colocados à(s) Parentalidade(s): Importância da comunicação

O termo “novas formas de família” diz respeito às variações que (podem) ocorrer ao longo do ciclo de vida e que afectam a noção de “família nuclear intacta” (Alarcão, 2006). Apesar destas composições familiares existirem desde sempre, a verdade é que se tem verificado um aumento crescente de famílias com uma estrutura diferente da típica e tradicional família nuclear (Alarcão, 2006). Estas constelações familiares têm uma série de características que as podem tornar mais vulneráveis às dificuldades inerentes ao ciclo vital e às condições sociais envolventes (Alarcão, 2006; Relvas & Alarcão, 2002). Desta forma, numa tentativa de compreensão do que poderão ser as singularidades e os desafios colocados à parentalidade ao nível da comunicação, analisar-se-ão algumas das novas formas de família e reflectir-se-á sobre situações especiais, reguladas judicialmente, que poderão colocar em causa a qualidade do exercício da parentalidade.

A Comunicação Parento-Filial nas Novas Formas de Família

O *divórcio* representa uma crise acidental que ocorre num dado momento do ciclo vital da família (Peck & Manocherian, 1989/1995). Partindo do princípio de que as crises facilitam o processo de transformação e transição, este acontecimento poderá funcionar como oportunidade de readaptação (Hoffman, 1989/1995; Peck & Manocherian, 1989/1995), porém, se esta crise não for bem processada, o sistema entrará num bloqueio, dificultando a reorganização pós-divórcio (Brown, 1989/1995; Peck & Manocherian, 1989/1995; Relvas & Alarcão, 2002). A comunicação parento-filial é uma das dimensões mais afectadas durante este processo (Cloutier, Filion & Timmermans, 2006). A longo prazo, a deterioração na relação entre pais e filhos pode conduzir ao distanciamento e/ou estabelecimento de relações de conflito suportadas numa comunicação ineficaz (Ahrns, 2007). Além disto, a literatura empírica revela que os filhos de famílias nucleares intactas estabelecem uma melhor comunicação parental do que os filhos de pais divorciados (Lanz et al., 1999).

As *famílias monoparentais* caracterizam-se pela existência de um único progenitor que assume a maior parte dos papéis parentais (Cloutier, Filion & Timmermans, 2006). Os resultados de alguns estudos indicam que o exercício da parentalidade por apenas um dos pais constitui um factor de risco, devido à presença de múltiplos factores *stressores* (Grass-Sternas, 1995) e à aplicação de estratégias de *coping* pouco adaptativas (Avison, Ali & Walters, 2007). No entanto, outras investigações contrariam os resultados referidos verificando-se que a monoparentalidade vai sendo aprendida e melhorada ao longo do tempo (Richards & Schmiege, 1993). Consta-se ainda que a manutenção de uma comunicação regular dos filhos com os progenitores do sexo masculino não residentes promove uma maior competência parental por parte das mães (Jackson & Scheines, 2005).

As *famílias reconstituídas* podem ou não surgir numa etapa posterior à monoparentalidade (Cloutier, Filion & Timmermans, 2006). Alarcão (2006) define esta nova configuração pelo facto de “existirem pessoas que, num passado mais ou menos próximo, tiveram outras famílias, (...) e que agora estão reunidas num novo sistema” (p.206), tornando-o uma organização sistémica bastante complexa. Apesar de alguns estudos não encontrarem diferenças significativas ao nível da comunicação entre famílias reconstituídas e famílias intactas (Adamsons, O'brien & Pasley, 2007), outros revelam que o envolvimento relacional do padrasto com o enteado depende da percepção que este tem sobre o ajustamento emocional do mesmo quando é adolescente (Flouri, 2004). Thomson, Mosley, Hanson e McLanahan (2001) estudaram as alterações no comportamento materno aquando de um recasamento concluindo que tanto os filhos como as mães percebem práticas educativas menos severas e as crianças percebem, também, o estabelecimento de uma comunicação mais ajustada com a mãe.

As *famílias adoptivas* são, também, constelações familiares de relevo (Levy-Shiff, Goldshmidt & Har-Even, 1991). Estas caracterizam-se pelo acolhimento de crianças ou adolescentes cujo vínculo é exclusivamente afectivo e legal (Alarcão, 2006). No estudo levado a cabo por Rueter, Keyes, Iacono e McGue (2009) conclui-se que tanto os pais como os filhos adolescentes percebem as interações familiares de modo mais conflituoso nas famílias adoptivas comparativamente com as famílias biológicas. No entanto, a investigação apresenta alguma incongruência quanto à corroboração destes resultados: Lanz et al. (1999) concluíram que as crianças adoptadas parecem ter melhor relação com os seus pais e uma comunicação mais ajustada comparativamente aos seus pares (filhos de famílias nucleares intactas e filhos de famílias divorciadas). Particularmente nas famílias adoptivas, a dimensão comunicacional assume um papel central no esclarecimento de mitos e receios. Uma comunicação clara tende a estar associada à superação dos medos de abandono, característicos desta tipologia familiar (Carter & McGoldrick, 1989/1995). Além disto, uma comunicação problemática pode relacionar-se com a

dificuldade parental na imposição de regras e limites, tomando como justificção a eventual história traumática das crianças, prévia à entrada na família adotiva (Relvas & Alarcão, 2002).

A Comunicação Parento-filial nas Famílias Negligentes/Abusivas

Paralelamente aos desafios de cariz estrutural com os quais a família se pode ou não defrontar ao longo do ciclo vital (Alarcão, 2006), poderão surgir dificuldades específicas na parentalidade, que envolvam o contexto judicial (Fonseca, 2006), dadas as implicações graves que poderão ter na qualidade de vida das crianças: referimo-nos às situações de negligência e/ou abuso por parte dos pais.

A *negligência* implica uma falha multidimensional nas respostas às necessidades das crianças, sendo uma forma passiva de violência (Alberto, 2006). A investigação indica que algumas dimensões psicológicas podem marcar a diferença entre pais negligentes e pais não-negligentes, designadamente, os níveis de assertividade, positividade e envolvimento nas interações com os filhos (Wilsona, Racka, Shib, & Norris, 2008).

O *abuso*, por sua vez, pode ter várias vertentes: físico, psicológico, sexual, exploração do trabalho infantil, entre outros. Esta interacção abusiva integra-se frequentemente numa dimensão disciplinar e educativa e na afirmação do poder e do exercício duma autoridade extrema por parte dos pais/mães em relação aos seus filhos (Alberto, 2006).

O abuso e a negligência representam posturas relacionais que implicam distorções na dimensão comunicacional, marcadas pela paradoxalidade e confusão/rigidificação de papéis (Alberto, 2008). As fugas ao compromisso comunicacional enquadram alguns dos fenómenos que ocorrem nas famílias negligentes/abusivas. A rejeição da comunicação e a desconfirmação, por exemplo, são características comuns nas famílias negligentes, provocando sentimentos de inutilidade e abandono nas crianças. A desqualificação, por sua vez, é mais característica dos abusos, conduzindo à sua perpetuação. A expressão abusiva, seja em que dimensão for, traduz uma confusão entre o conteúdo e a relação. Finalmente, a complementaridade rígida parece explicar o abuso no seu extremo através, por exemplo, da exploração do trabalho infantil.

Conclusão

Os contextos, as pessoas, as vivências e as provocações que se vão colocando às famílias ao longo da vida contribuem para uma melhor compreensão da evolução

de cada um. Entende-se, assim, que os efeitos da comunicação sobre o exercício da parentalidade devam ser analisados à luz das singularidades e dos desafios colocados a cada família. Os princípios propostos pelo Modelo da Pragmática da Comunicação Humana (Watzlawick, Beavin, & Jackson, 1967/1993), e as distorções comunicacionais a eles associados, facilitam a compreensão, e até explicação, de relações parento-filiais edificadas e suportadas pela conflitualidade. Por outro lado, o ciclo vital da família esclarece-nos sobre as tarefas e exigências funcionais e comunicacionais colocadas às famílias ao longo da sua evolução e maturação.

As implicações desta revisão teórica vão no sentido de realçar a importância de se avaliar a qualidade da comunicação no exercício da parentalidade, independentemente da composição familiar em causa. De facto, as possibilidades e caminhos de investigação parecem não se esgotar, embora nos pareça relevante o foco da avaliação da comunicação sobre dois pontos: a) explorar a comunicação parental em etapas do ciclo vital pouco estudadas (e.g. *Família com Filhos na Escola*) e b) explorar esta dimensão no contexto forense, nomeadamente, nas situações onde a parentalidade parece ser mais desafiada (e.g. famílias divorciadas, adoptivas, ...).

Se a comunicação medeia o exercício da parentalidade e define a sua qualidade, é então fundamental que se constitua como tema central na avaliação da relação entre pais e filhos, não apenas com uma função “diagnóstica”, mas também como motor de promoção de mudança com vista a uma configuração familiar mais adequada e positiva.

Bibliografia

- Adamsons, K., O'Brien, M., & Pasley, K. (2007). An ecological approach to father involvement in biological and stepfather families. *Fathering, 5*, 129-247.
- Ahrons, C. R. (2007). Family ties after divorce: long-term implications for children. *Family Process, 46*(1), 53-65.
- Alarcão, M. (2006). *(Des)equilíbrios Familiares* (3ª ed). Coimbra: Quarteto.
- Alberto, I. M. M. (2006). *Maltrato e Trauma na Infância* (2ª ed). Coimbra: Almedina.
- Alberto, I. (2008). Maltrato Infantil: Entre um destino e uma história. In A. Matos et al. (Eds.). *A Maldade Humana*. Coimbra: Almedina
- Avison, W. R., Ali, J., & Walters, D. (2007). Family structure, stress, and psychological distress: a demonstration of an impact of differential exposure. *Journal of Health and Social Behavior, 48*(3), 301-317.
- Barker, L. L. (1987). *Communication*. (4th ed). New Jersey: Prentice-Hall.
- Barnes, L. H., & Olson, D. H. (1985). Parent-adolescent communication and the circumplex model. *Child Development, 56*, 438-447.
- Baumrind, D. (2005). Patterns of parental authority and adolescent autonomy. *New Directions for Child and Adolescent Development, 108*, 61-69.

- Brown, F. H. (1995). A Família Pós-divórcio. In B. Carter & M. McGolgrick (Eds.), *As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar. Uma estrutura para a terapia familiar*. (2ª ed). Porto Alegre: Artes Médicas. (Edição original de 1989)
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). As mudanças no ciclo de vida familiar – Uma estrutura para a terapia familiar. In B. Carter & M. McGolgrick (Eds.), *As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar. Uma Estrutura para a Terapia Familiar*. (2ª ed). Porto Alegre: Artes Médicas. (Edição original de 1989)
- Cia, F., Pamplin, R. C. O., & Del Prette, Z. A. P. (2006). Comunicação e participação pais-filhos: correlação com habilidades sociais e problemas de comportamento dos filhos. *Paidéia*, 16(35), 395-406.
- Cloutier, R., Filion, L., & Timmermans, H. (2006). *Quando os Pais se Separam... Para melhor lidar com a crise e ajudar a criança*. Lisboa: Climepsi.
- Cummings E. M., & Cummings, J. S. (2002). Parenting and Attachment. In M. H. Bornstein (Eds.), *Handbook of Parenting. Volume 5*. (2nd ed). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Davalos, D. B., Chavez, E. L., & Guardiola, R. J. (2005). Effects of perceived parental school support and family communication on delinquent behaviors in latinos and white non-latinos. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 11(1), 57-68.
- Demick, J. (2002). Stages of Parental Development. In M. H. Bornstein (Eds.), *Handbook of Parenting. Volume 3*. (2nd ed). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Dix, T. (1991). The affective organization of Parenting: Adaptive an Maladaptive Process. *Psychological Bulletin*, 110(1), 3-25.
- Doron, R., & Parot, F. (2001). *Dicionário de Psicologia*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Eckstein, N. J. (2004). Emergent issues in families experiencing adolescent-to-parent abuse. *Western Journal of Communication*, 68(4), 365-388.
- Epstein, J. L., & Sanders, M. G. (2002). Family, School, and Community Partnerships. In M. H. Bornstein (Eds.), *Handbook of Parenting. Volume 5*. (2nd ed). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Fiske, J. (1993/2005). *Introdução ao Estudo da Comunicação*. (9ª ed.). Lisboa: ASA Editores. (Edição original de 1993)
- Flouri, E. (2004). Correlates of parents' involvement with their adolescent children in restructured and biological two-parent families: the role of child characteristics. *International Journal of Behavioral Development*, 28(2), 148-156.
- Fonseca, A. C. (2006). Psicologia Forense: uma breve introdução. In A. C. Fonseca, M. R. Simões, M. C. Taborda Simões, & M. S. Pinho (Eds.), *Psicologia Forense*. Coimbra: Almedina.
- Gordon, I. G., & Feldman R. (2008). Synchrony in the Triad: A microlevel process model of coparenting and parent-child interactions. *Family Process*, 47(4), 465-479.
- Grass-Sternas, K. A. (1995). Single Parent Widows: stressors, appraisal, coping, resources, grieving responses and health. *Marriage & Family Review*, 20(3-4), 411-445.
- Heiman, T., Zinck, L. C., & Heath, N. L. (2008). Parents and youth with learning disabilities. Perceptions of relationships and communication. *Journal of Learning Disabilities*, 41(6), 524-534.
- Herbert, M. (2004). Parenting Across the Lifespan. In M. Hoghughi, & N. Long (Eds.), *Handbook of Parenting. Theory and Research for Practice*. London: Sage Publications.
- Hoffman, L. (1995). O ciclo de vida familiar e a mudança descontínua. In B. Carter & M. McGoldrick (Eds.), *As mudanças no ciclo de vida familiar. Uma estrutura para a terapia familiar* (84-96). Porto Alegre, Artes Médicas. (Edição original de 1989).

- Jackson, A. P., & Scheines, R. (2005). Single mothers' self-efficacy, parenting in the home environment, and children's development in a two-wave study. *Social Work Research, 29*(1), 7-20.
- Jackson, S., Bijstra, J., Oostra, L., & Bosma, H. (1998). Adolescents' perception of communication with parents relative to specific aspects of relationship with parents and personal development. *Journal of Adolescence, 21*, 305-322.
- Ladd, G. W., & Pettit, G. S. (2002). Parenting and the Development of Children's Peer Relationships. In M. H. Bornstein (Eds.), *Handbook of Parenting. Volume 3*. (2nd ed). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Lanz, M., Iafraite, R., Rosnati, R., & Scabini, E. (1999). Parent-child communication and adolescent self-esteem in separated, intercountry adoptive and intact non adoptive families. *Journal of Adolescence, 22*, 785-794.
- Lewis, J. M, Rodnick, E. H., & Goldstein, M. J. (1981). Intrafamilial interactive behaviour, parental communication, deviance, and risk for schizophrenia. *Journal of Abnormal Psychology, 90*(5), 448-457.
- Levy-Shiff, R., Goldsmidt, L., & Har-Even, D. (1991). Transition to parenthood in adoptive families. *Developmental Psychology, 27*(1), 131-140.
- Lima, A. O. (1999). O papel da família no ajustamento social e psicológico da criança. *Revista Simposium, 3*, 48-50.
- McNaughton, J. (2000). Gender differences in parent-child communication patterns. *Journal of Undergraduate Research, 3*, 25-32.
- Menezes, C. C., & Lopes, R. C. S. (2007). Relação conjugal na transição para a parentalidade: gestação até dezoito meses do bebê. *Psico-USF, 12*(1), 83-93.
- Ochoa, G. M., Lopez, E. E., & Emler, N. P. (2008). Adjustment problems in the family and school contexts, attitude towards authority, and violent behaviour at school in adolescence. *Family Therapy, 35*(2), 93-108.
- Otten, R., Harakeh, Z., Vermulst, A. A., Van de Eijnden, R., & Engels, R. (2007). Frequency of quality of parental communication as antecedents of adolescent smoking cognitions and smoking onset. *Psychology of Addictive Behaviors, 21*(1), 1-12.
- Overbeek, G., Vermulst, A., Ha, T., Engels, R. C. M. E., & Stattin, H. (2007). Parent-child relationships, partner relationships, and emotional adjustment: a birth-to-maturity prospective study. *Developmental Psychology, 43*(2), 429-437.
- Patock-Peckham, J. & Morgan-Lopez, A. (2006). College drinking behaviors: meditational links between parenting styles, impulse control, and alcohol-related outcomes. *Psychology of Addictive Behaviors, 20*(2), 117-125.
- Patock-Peckham, J. & Morgan-Lopez, A. (2007). College drinking behaviors: meditational links between parenting styles, parental bonds, depression and alcohol problems. *Psychology of Addictive Behaviors, 21*(3), 297-306.
- Peck, J. S. & Manocherian, J. R. (1995). O Divórcio nas Mudanças do Ciclo de Vida Familiar. In B. Carter & M. McGolgrick (Eds.), *As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar. Uma estrutura para a terapia familiar*. (2^a ed). Porto Alegre: Artes Médicas. (Edição original de 1989)
- Preto, N. G. (1995). Transformações do sistema familiar na adolescência. In B. Carter & M. McGolgrick (Eds.). *As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar. Uma Estrutura para a Terapia Familiar*. (2^a ed). Porto Alegre: Artes Médicas. (Edição original de 1989)
- Relvas, A. P. (1996). *O Ciclo Vital da Família. Perspectiva Sistêmica*. Porto: Afrontamento.
- Relvas, A. P. & Alarcão, M. (2002). *Novas Formas de Família*. Coimbra: Quarteto Editora.

- Rueter, M. A., Keyes, M. A., Iacono, W. G., & McGue, M. (2009). Family interactions in adoptive compared to nonadoptive families. *Journal of Family Psychology, 23*(1), 58-66.
- Richards, L. N., & Schmiede, C. J. (1993). Problems and strengths of single-parent families. Implications for practice and policy. *Family Relations, 42*(3), 277-285.
- Stivers, C. (1988). Parent-adolescent communication and its relationship to adolescent depression and suicide proneness. *Adolescence, 23*, 291-295.
- Taborda Simões, M. C. T., Martins, R. C., & Formosinho, M. D. (2006). Regulação do exercício do poder paternal: aspectos jurídicos e avaliação psicológica. In A. C. Fonseca, M. R. Simões, M. C. Taborda Simões, & M. S. Pinho (Eds.), *Psicologia Forense*. Coimbra: Almedina.
- Thomson, E., Mosley, J., Hanson, T. L., & McLanahan, S. F. (2001). Remarriage, cohabitation, and changes in mothering behavior. *Journal of Marriage and Family, 63*, 370-380.
- Watzlawick, P., Beavin, J. H., & Jackson, D. D. (1993). *Pragmática da Comunicação Humana. Um Estudo dos Padrões, Patologias e Paradoxos da Interação*. (9ª ed.). São Paulo: Editora Cultrix. (Edição original de 1967)
- Wichstrom, L., Holte, A., Husby, R., & Wynne, L. C. (1994). Disqualifying family communication as a predictor of changes in offspring competence: a 3-year longitudinal study of sons of psychiatric patients. *Journal of Family, 8*(1), 104-108.
- Wills, T. A., Murry, V. M., Brody, G. H., Gibbons, F. X., & Gerrard, M. (2003). Family communication and religiosity relate to substance use and sexual behavior in early adolescence: a test for pathways through self-control and prototype perceptions. *Psychology of Addictive Behaviors, 17*(4), 312-323.
- Wilson, S. R., Racka, J. J., Shib, X., & Norris, A. (2008). Comparing physically abusive neglectful, and non-maltreating parents during interactions with their children: a meta-analysis of observational studies. *Child Abuse & Neglect, 32*, 897-911.

The Role of Communication on the Exercise of Parenthood: Challenges and specificities

The present paper aims to reflect on the role of communication on the exercise of parenthood, regarding the challenges, specificities and family crosses. Theoretical literature highlights the effectiveness of this relationship, emerging therefore the Pragmatics of Human Communication Model (Watzlawick, Beavin, & Jackson, 1967/1993) as an important support to the comprehension of these two concepts. In empirical terms, one can verify the existence of different studies on the relationship of parents-sons communication with other variables, namely, the sex of the progenitors and their children, the stage of the family's life span and the familiar typology/composition. Hence, it is intended to deepen the knowledge of one parenthood dimension so influent, as communication, on relation well being between parents and sons.

KEY-WORDS: Parenthood, Communication, Pragmatics of Human Communication Model, Family's Life Span.

Le Rôle de la Communication dans l'Exercice de la Parentalité: Défis et spécificités

400

Cet article vise réfléchir sur le rôle de la communication dans la parentalité, tenant compte des défis, des spécificités et transversalités de la famille. La littérature théorique met en évidence cette relation et le Modèle Pragmatique de la Communication Humaine (Watzlawick, Beavin, & Jackson, 1967/1993) apparait comme un soutien important pour la compréhension de l'interaction entre ces deux concepts. Empiriquement, il existe plusieurs études sur la relation de la communication mère/père-enfants avec d'autres variables, y compris le sexe des parents et des enfants, l'étape du cycle de vie familiale et la typologie/composition de la famille. Ainsi, nous avons l'intention d'approfondir l'étude de la communication, une dimension de la parentalité moins connu, mais si influente pour le bien-être relationnel des parents et des enfants.

MOTS-CLES: Parentalité, Communication, Modèle Pragmatique de la Communication Humaine, Étape du Cycle de Vie.